



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais**

## **DESAFIOS DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE GLOBAL: UMA REFLEXÃO À LUZ DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA**

**SAMARA RAQUEL DA SILVA COSTA<sup>1</sup>**

**RUTH FERREIRA CONSERVA ANDRADE<sup>2</sup>**

**MARIA NOALDA RAMALHO<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

Ao interligar a Teoria Marxista da Dependência e a inclusão global, destacamos desafios e oportunidades relacionadas às desigualdades econômicas, o acesso tecnológico e a questão da superexploração da força de trabalho; bem como disparidades econômicas que perpetuam a exclusão social e a marginalização, enquanto a tecnologia oferece potencial para o empoderamento e o acesso a serviços essenciais.

**Palavras-chave:** Desigualdades. Inclusão global. Superexploração. Teoria Marxista da Dependência.

### **ABSTRACT**

By interconnecting Marxist Dependency Theory and global inclusion, we highlight challenges and opportunities related to economic inequalities, technological access and the issue of overexploitation of the workforce; as well as economic disparities that perpetuate social exclusion and marginalization, while technology offers the potential for empowerment and access to essential services.

**Keywords:** Inequalities. Global inclusion. Overexploitation. Marxist Dependency Theory.

## **1. INTRODUÇÃO**

A globalização, com sua promessa de interconexão e prosperidade compartilhada, tem sido celebrada como uma força impulsionadora do progresso humano. No entanto, por trás dessa

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Paraíba

<sup>2</sup> Universidade Estadual da Paraíba

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

narrativa otimista, persistem profundas desigualdades globais que desafiam a visão de um mundo verdadeiramente inclusivo e acessível para todos. Nessa perspectiva, este artigo é uma tentativa de explorar os desafios da inclusão e acessibilidade global à luz da Teoria Marxista da Dependência por meio das contribuições de Ruy Mauro Marini.

Nesse contexto, a Teoria Marxista da Dependência oferece uma lente crítica para compreender as relações desiguais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, destacando como a dependência econômica perpetua a marginalização e a exclusão social em uma escala global. Ruy Mauro Marini, um proeminente pensador latino-americano, enriqueceu essa teoria ao analisar as relações de produção capitalista nos países periféricos e suas ramificações para o desenvolvimento humano.

No primeiro tópico, abordaremos as desigualdades econômicas e sua relação com a inclusão social em um nível global. Examina-se como as disparidades na distribuição de recursos econômicos e oportunidades de desenvolvimento humano são moldadas pela estrutura econômica global, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

No segundo tópico, exploraremos o acesso tecnológico e a digitalização, revelando como a dependência tecnológica e a divisão digital exacerbam as desigualdades globais de acesso a recursos digitais e tecnológicos essenciais. As barreiras ao acesso à internet, dispositivos tecnológicos e habilidades digitais criam uma lacuna digital que amplia ainda mais a exclusão social e econômica.

Por fim, analisaremos a superexploração da força de trabalho e sua relação com a inclusão global. Destacamos como essas questões, muitas vezes, perpetuam as desigualdades ao invés de enfrentá-las, repelindo populações inteiras à margem da sociedade globalizada.

Ao explorar esses temas, buscaremos não apenas entender as raízes das desigualdades globais, mas também promover uma breve reflexão crítica sobre as possíveis estratégias para promover a inclusão social e a acessibilidade em escala global.

## **2. Desigualdades econômicas e inclusão social: uma perspectiva global**

As desigualdades econômicas e a sua relação com a inclusão social representam um dos desafios mais urgentes enfrentados pela sociedade global contemporânea. Essa interligação complexa entre fatores econômicos e sociais é fundamental para compreender as disparidades de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

oportunidades, recursos e poder que perpetuam a exclusão e a marginalização em todo o mundo. Neste tópico, exploraremos as origens e as ramificações dessas desigualdades, bem como possíveis estratégias para promover uma maior inclusão social em nível global.

A dependência econômica dos países periféricos em relação aos países centrais é um dos principais impulsionadores das desigualdades econômicas globais, vejamos:

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2017, p. 327).

Essa dependência se manifesta de várias maneiras, incluindo o comércio desigual, a exploração dos recursos naturais e o endividamento externo, que perpetuam a subordinação econômica dos países periféricos e contribuem para a concentração de riqueza nas mãos de poucos.

Essas dinâmicas econômicas desiguais têm sérias implicações para a inclusão social em nível global. A exemplo das populações dos países periféricos que frequentemente enfrentam condições precárias de vida, de acesso limitado a serviços básicos como saúde e educação, e oportunidades de emprego escassas. Como resultado, essas comunidades são frequentemente marginalizadas e excluídas das oportunidades do desenvolvimento econômico e social.

A inclusão social torna-se, portanto, não apenas uma questão de justiça social, mas também de estabilidade e progresso global. As populações marginalizadas e excluídas são mais propensas a enfrentar instabilidade política, conflitos e crises humanitárias, o que pode ter impactos negativos não apenas em suas vidas, mas também na estabilidade de modo global. Como resultado, a globalização é acompanhada por novos padrões de estratificação mundial, com algumas nações, sociedades e comunidades cada vez mais integradas na ordem mundial, enquanto outras se tornam cada vez mais marginalizadas (MARINI, 1996).

Para abordar essas desigualdades econômicas e promover uma maior inclusão social, é necessário adotar uma abordagem multifacetada. Isso inclui políticas que visem reduzir as disparidades econômicas entre os países centrais e periféricos, como reformas comerciais mais justas, alívio da dívida e investimentos em infraestrutura e desenvolvimento humano nos países periféricos. A respeito disso, ratificamos que:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

(...) as economias “atrasadas” deveriam recuperar aquelas que existiam antes... Em termos de salários, a tradução dessas evoluções deveria conduzir a uma diminuição das desigualdades, graças a uma especialização relacionada as dotações relativas dos fatores, a um aumento dos salários e dos empregos. Os modos de colocação no trabalho deveriam, portanto, evoluir e sua avaliação deveria se aproximar daquela dominante nos países ditos desenvolvidos. (...) poderia conduzir a uma modificação dos modos de submissão do trabalho ao capital e a uma melhora do nível de vida (...) (SADER; SANTOS, 2009, p. 221).

Além disso, é crucial implementar políticas de inclusão social em nível nacional e global, que garantam o acesso equitativo aos serviços básicos, oportunidades de emprego e participação política para todas as pessoas, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica. Isso pode incluir medidas como programas de assistência social, políticas de igualdade de gênero e inclusão de grupos marginalizados, como pessoas com deficiência (PCDs) e demais minorias étnicas.

No entanto, é importante reconhecer que a promoção da inclusão social não é apenas uma questão das políticas governamentais, mas também requer a ação coletiva e o engajamento da sociedade civil, do setor privado e da comunidade internacional. No que compete a lógica de desenvolvimento e intervenção estatal, Martins (2013) ressalta que:

Baseia-se em capitalismo de Estado ou socialismo de mercado que, apesar de suas ambiguidades, coloca outros objetivos, além do lucro, como prioridades e metas a serem alcançadas pelas organizações: o desenvolvimento humano, a socialização dos processos decisórios, a produtividade, o bem-estar e a inclusão social. Esta trajetória de desenvolvimento é ainda incipiente, incerta e apresenta importantes contradições. Esta se subordina à primeira, – relacionada à financeirização e crise da divisão internacional do trabalho – com a qual se articula, mas já impacta significativamente a economia mundial, sinalizando a possibilidade de reorganização global do sistema mundial (MARTINS, 2013, p. 35).

A colaboração entre diferentes atores é essencial para enfrentar as complexas causas e consequências das desigualdades econômicas a fim de promover uma maior inclusão social em escala global. Embora saibamos que as políticas de inclusão social não são universais, uma vez que as necessidades e os desafios variam de acordo com a cultura, a história e a estrutura social de cada país ou região. Desse modo, Fernandes e Lima (2023), explicam que:

(...) a simplificação dos processos burocráticos e o fortalecimento da colaboração entre diferentes órgãos governamentais podem melhorar a eficiência da implementação. As estratégias propostas, como a participação ativa da sociedade civil e a implementação de mecanismos de monitoramento contínuo, têm o potencial de aprimorar a eficácia das políticas de inclusão social. A participação da comunidade garante que as políticas sejam

sensíveis às necessidades reais das pessoas afetadas, enquanto o monitoramento constante permite a adaptação ágil às mudanças de cenário (FERNANDES; LIMA, 2023, n.p).

Abordar as desigualdades econômicas e promover a inclusão social requer um compromisso coletivo com a justiça social, a equidade e os direitos humanos. Somente através de esforços conjuntos e sustentados podemos construir uma sociedade mais inclusiva e sustentável para todos.

Ao longo da história, a busca pela inclusão social tem sido uma jornada gradual e contínua caracterizada por movimentos sociais, avanços legais e mudanças nas atitudes sociais. Embora ainda haja muito trabalho a fazer para enfrentar os desafios atuais e construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, os progressos alcançados até agora são uma prova do poder da mobilização coletiva pela justiça e pela igualdade (FERNANDES; LIMA, 2023).

Amin (1970), teórico marxista e economista, argumenta que o capitalismo global opera através de um sistema de acumulação que favorece os países centrais em detrimento dos periféricos. Em sua obra “Acumulação em Escala Mundial” (1970), ele explica como os processos de acumulação de capital são estruturados de maneira a concentrar riqueza e poder nas mãos de uma minoria global, enquanto a maioria dos países e suas populações são relegadas a uma posição de subordinação e exploração. Isso resulta em um desenvolvimento desigual, onde o subdesenvolvimento dos países periféricos é uma condição necessária para o desenvolvimento dos países centrais.

A exclusão social é uma consequência direta dessas desigualdades econômicas. A falta de acesso a recursos, educação, saúde e oportunidades de emprego nos países periféricos perpetua um ciclo de pobreza e marginalização. Amin (1973) discute essa dinâmica, argumentando que a inclusão social é dificultada pela estrutura global do capitalismo, que mantém os trabalhadores dos países periféricos em condições precárias de trabalho e vida.

O teórico aprofunda sua análise sobre como o imperialismo contribui para a perpetuação das desigualdades globais. Ele argumenta que as políticas e práticas imperialistas dos países centrais, como a exploração de recursos naturais e a imposição de condições econômicas desfavoráveis, exacerbam a exclusão social nos países periféricos. Essa exploração contínua impede que esses países alcancem um desenvolvimento autônomo e sustentável, necessário para a verdadeira inclusão social (AMIN, 1977).

Na era da globalização neoliberal, as desigualdades econômicas e a exclusão social têm se intensificado e as políticas neoliberais promovidas pelas instituições financeiras internacionais



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

reforçam a dependência econômica dos países periféricos, aumentando a vulnerabilidade de suas populações. As reformas estruturais impostas, muitas vezes, resultam em cortes nos gastos sociais, privatizações e desregulamentação, que agravam as condições de vida dos mais pobres e dificultam a inclusão social (AMIN, 1997).

A perspectiva sobre as desigualdades econômicas e a inclusão social destaca a necessidade de uma reestruturação fundamental do sistema econômico global. Para enfrentar os desafios da inclusão social, é essencial abordar as raízes estruturais das desigualdades econômicas, promovendo políticas que favoreçam o desenvolvimento autônomo e equitativo dos países periféricos. Isso inclui a resistência às práticas imperialistas e neoliberais que perpetuam a exploração e a exclusão social em nível global.

### **3. Acesso tecnológico e digitalização: desafios e oportunidades para a inclusão global**

No mundo contemporâneo, o acesso tecnológico e a digitalização desempenham um papel crucial na promoção da inclusão social e econômica. No entanto, ao mesmo tempo em que oferecem oportunidades sem precedentes para conectar pessoas e comunidades em todo o mundo, também podem aprofundar as disparidades existentes e excluir aqueles que não têm acesso aos recursos digitais necessários.

A digitalização da sociedade está transformando fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. A disseminação rápida de dispositivos digitais, como smartphones e computadores, e o acesso à internet têm potencializado a comunicação instantânea, o acesso à informação e o desenvolvimento de novas formas de interação social e econômica. No entanto, a distribuição desigual desses recursos digitais cria uma lacuna digital que pode ampliar as desigualdades sociais e econômicas entre aqueles que têm acesso à tecnologia e aqueles que não têm. A implementação de políticas de inclusão digital enfrenta muitos obstáculos que podem variar dependendo das circunstâncias sociais, econômicas e políticas de cada região, como ressaltam as autoras:

A localização geográfica desempenha um papel importante, uma vez que as pessoas em áreas remotas frequentemente enfrentam dificuldades adicionais no acesso a serviços e oportunidades. A "lacuna digital", resultante do acesso limitado à tecnologia e à internet, também é uma barreira crescente para a inclusão. Políticas de inclusão social mal planejadas ou implementadas inadequadamente podem não atingir seus objetivos,

enquanto o estigma social associado a certos grupos ou condições pode dificultar ainda mais a inclusão (FERNANDES; LIMA, 2023, n.p).

Os desafios enfrentados ao acesso tecnológico são multifacetados e variam de acordo com o contexto socioeconômico e geográfico. Em áreas urbanas, o acesso à internet de alta velocidade e dispositivos digitais pode ser mais difundido, mas ainda existem disparidades significativas de acesso dentro das comunidades. Em áreas rurais e remotas, a infraestrutura de telecomunicações pode ser precária ou inexistente, dificultando o acesso à tecnologia e à internet.

Além disso, questões como custo, alfabetização digital e disponibilidade de conteúdo relevante podem representar barreiras significativas ao acesso tecnológico para certas populações. Por exemplo, pessoas de baixa renda podem enfrentar dificuldades para adquirir dispositivos digitais ou pagar por planos de internet, enquanto pessoas idosas ou com pouca experiência tecnológica podem enfrentar desafios na navegação e no uso efetivo da tecnologia.

Contudo, apesar desses desafios, o acesso tecnológico também oferece oportunidades sem precedentes para promover a inclusão global. A tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa para capacitar indivíduos e comunidades, fornecendo acesso aos serviços essenciais, oportunidades de aprendizado e emprego, e conexão com redes sociais e de apoio.

Há alguns anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu 17 (dezessete) compromissos para o desenvolvimento sustentável. Basta olhar para eles para entender o papel da tecnologia em seu sucesso. Estes vão desde a pobreza, a saúde e a educação até à sustentabilidade global. Nota-se, portanto, que a tecnologia pode contribuir para projetos de inclusão, equidade e alfabetização de modo eficiente e eficaz.

Para aproveitar ao máximo essas oportunidades, é necessário adotar uma abordagem abrangente e inclusiva para o acesso tecnológico. Isso inclui investimentos em infraestrutura de telecomunicações e conectividade em áreas subdesenvolvidas e políticas que promovam não somente a acessibilidade, mas, também, a acessibilidade digital, além de programas de capacitação e alfabetização digital para capacitar os indivíduos a utilizar a tecnologia de maneira mais efetiva. Fornecendo, ainda, o treinamento e a capacitação necessária para os profissionais envolvidos na implementação das políticas, para que possam abordar as questões de inclusão com competência e empatia (FERNANDES; LIMA, 2023, n.p).

Castells (1996) argumenta que a revolução digital transforma profundamente a economia, a sociedade e a cultura. A digitalização permite o acesso a informações e serviços de forma inédita, promovendo a inclusão de grupos anteriormente marginalizados. No entanto, Castells

também alerta para a "divisão digital", onde a falta de acesso à tecnologia exacerba as desigualdades existentes.

O desafio principal reside em garantir que o acesso tecnológico seja equitativo. Nos países em desenvolvimento, a infraestrutura tecnológica é frequentemente inadequada, limitando a capacidade de participar plenamente da economia digital. Além disso, questões como a alfabetização digital e a disponibilidade de conteúdos relevantes são cruciais para a inclusão efetiva. Castells destaca que a inclusão digital deve ser acompanhada por políticas públicas que promovam a equidade no acesso e no uso da tecnologia.

Por outro lado, as oportunidades são significativas. A digitalização pode facilitar o acesso à educação, saúde e serviços financeiros, impulsionando o desenvolvimento econômico e social. A inovação tecnológica pode também criar novos mercados e oportunidades de emprego, especialmente em áreas rurais e periféricas. Assim, a digitalização tem o potencial de transformar a sociedade, desde que os desafios da exclusão tecnológica sejam devidamente enfrentados.

Além disso, é importante garantir que o desenvolvimento tecnológico seja orientado por princípios de equidade, justiça e inclusão, evitando a reprodução de desigualdades existentes e garantindo que as tecnologias sejam acessíveis e relevantes para todos os membros da sociedade, uma vez que a questão do acesso tecnológico é central para a promoção da inclusão global no século XXI.

#### **4. A superexploração da força de trabalho e sua relação com a inclusão global**

Ruy Mauro Marini desenvolveu o conceito de superexploração da força de trabalho para explicar a dinâmica específica da exploração capitalista nos países periféricos. Esta teoria oferece *insights* valiosos para entender como a exclusão e a marginalização estão intrinsecamente ligadas à inclusão global nas relações econômicas internacionais.

Marini argumenta que nos países periféricos, as condições de trabalho são caracterizadas por uma superexploração da força de trabalho. Isso significa que os trabalhadores nesses países são submetidos a condições de trabalho mais precárias, salários mais baixos e menos direitos trabalhistas em comparação com os trabalhadores dos países centrais.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A superexploração da força de trabalho está intimamente ligada à divisão internacional do trabalho, na qual os países periféricos desempenham um papel subordinado na economia global, fornecendo mão de obra barata e recursos naturais para os países centrais, vejamos:

(...) A propagação se dá a partir de um padrão de consumo que engendra uma divisão internacional do trabalho, apreendida em uma dialética de sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, no sentido de exercício do potencial que o modo de produção capitalista apresenta. A condição de superexploração está registrada historicamente em diferentes contextos históricos e formações sociais. Porém, na América Latina, esta condição não só esteve presente, como também se reproduziu, ganhando o sentido de especificidade (FILHO, 2013, p. 173).

Além disso, contribui para a exclusão e marginalização dos trabalhadores nos países periféricos, impedindo sua plena participação na economia global. Isso cria uma dinâmica de inclusão seletiva, na qual alguns países e grupos se beneficiam da globalização enquanto outros são deixados para trás.

Essa superexploração representa um desafio significativo para a inclusão global, pois perpetua a desigualdade e a marginalização em níveis nacional e global. Martins (2013) explica que, na contemporaneidade:

Haverá superexploração do trabalho sempre que os índices salariais do conjunto dos trabalhadores, representativos dos preços da força de trabalho, tiverem queda em face do múltiplo constituído pelos de qualificação e intensidade do trabalho, que representam o valor desta. Haverá ainda superexploração quando, em situação de relativo desenvolvimento tecnológico, os preços da força de trabalho forem insuficientes para atender às necessidades básicas de consumo do trabalhador, que vive em situação de pobreza estrutural, não reproduzindo plenamente sua força de trabalho (MARTINS, 2013, p. 37).

Sabemos que a superexploração tem uma série de impactos que se estendem por diversas esferas da vida, incluindo as esferas social, econômica e cultural, e suas ramificações podem ser sentidas globalmente.

Um exemplo claro é a perda de identidade cultural e a exploração de recursos naturais, especialmente em setores como agricultura e manufatura, onde as práticas tradicionais são facilmente substituídas por modelos de produção voltados para a exportação e o lucro. Em muitos casos, a superexploração da força de trabalho está ligada à exploração desenfreada dos recursos naturais, o que pode resultar na degradação do meio ambiente e na perda de patrimônios culturais importantes para determinadas comunidades locais.

Além de fluxos migratórios em busca de melhores condições de vida, contribuindo para a disseminação do trabalho precário e informal em nível global. A respeito disso, Martine (2005) ressalta que:

A migração de trabalhadores oriundos de países ou regiões mais pobres sempre foi funcional para as economias desenvolvidas. A demanda por trabalhadores migrantes vem aumentando constantemente, não somente nas atividades altamente qualificadas, mas também para trabalhos de baixa qualificação e salários inferiores, especialmente na agricultura, limpeza e manutenção, construção civil, serviço doméstico e a indústria do sexo. São as ocupações e trabalhos que os trabalhadores nacionais já não querem (MARTINE, 2005, p. 6).

No contexto do desenvolvimento capitalista, a mobilidade da força de trabalho – seja dentro de fronteiras nacionais, seja entre fronteiras – tem desempenhado um papel importante. O princípio do livre comércio sugere que a produção mundial seria maior se não houvesse fronteiras e se todos os fatores de produção, inclusive as pessoas, pudessem fluir livremente. Portanto, as políticas que restringem a mobilidade dos trabalhadores, segundo a teoria econômica neoclássica, conduzem a uma economia mundial menor em termos agregados (MARTINE, 2005, p. 8 apud BORJAS, 1996, p. 11).

Nessa perspectiva, nota-se que para alcançar uma verdadeira inclusão global, é necessário alterar as estruturas econômicas e políticas que perpetuam a superexploração e a exclusão. A teoria da superexploração da força de trabalho de Marini oferece uma perspectiva crítica sobre as relações econômicas internacionais e sua influência na inclusão de maneira global.

Ao destacar a exploração sistemática dos trabalhadores nos países periféricos, Marini nos lembra da importância de abordar não apenas as barreiras físicas à inclusão, mas também as estruturas econômicas que perpetuam a exclusão e a desigualdade. Portanto, para alcançar uma verdadeira inclusão global, é necessário confrontar e transformar as relações de poder e exploração subjacentes ao sistema econômico global.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, é crucial refletir sobre as interconexões entre os diferentes aspectos abordados – desde as desigualdades econômicas até o acesso tecnológico e a questão da superexploração da força de trabalho – e como eles moldam a busca pela inclusão global.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

As desigualdades econômicas emergiram como uma questão central, exacerbadas pela dependência econômica dos países periféricos e pela distribuição desigual de recursos e oportunidades. Essas disparidades econômicas são, tanto causa, quanto consequência, da exclusão social e da marginalização, afetando negativamente o acesso a serviços essenciais, não somente de emprego como também de participação política para muitas populações ao redor do mundo.

No entanto, podemos identificar oportunidades significativas para promover a inclusão global, especialmente no que diz respeito ao acesso tecnológico e à digitalização. A tecnologia tem o potencial de capacitar indivíduos e comunidades, oferecendo acesso a serviços essenciais, oportunidades de aprendizado e emprego, além da conexão com redes de apoio. Porém, é necessário garantir que o desenvolvimento tecnológico seja orientado por princípios de equidade e inclusão, a fim de evitar a ampliação das desigualdades sociais e digitais já existentes.

Além disso, observamos a necessidade de políticas mais justas e equitativas que promovam a inclusão social e econômica para todas as populações, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

Em última análise, reforçamos que para promover a inclusão global de maneira efetiva requer um compromisso coletivo com a justiça social, a equidade e os direitos humanos. Isso requer ação em múltiplos níveis - desde políticas governamentais e acordos internacionais até ações individuais e engajamento da sociedade civil.

## REFERÊNCIAS

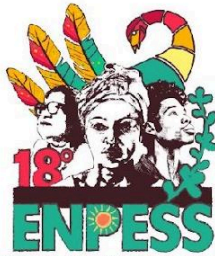
AMIN, Samir. **Acumulação em escala mundial**: crítica da teoria do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. **O imperialismo e o desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo na era da globalização**: a gestão global da economia mundial. São Paulo: Hucitec, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

FERNANDES, Evandra Cristiani; LIMA, Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de. **Desafios da Gestão Pública para a Implementação de Políticas de Inclusão Social**: um estudo bibliográfico. Revista FT, Volume 28 – Ed. 128, nov., 2023.

FILHO, Niemeyer Almeida (Org). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência** in *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, volume 9, n. 3, p. 325-356, dez., 2017. ISSN: 2175-5604.

MARTINE George. **A globalização inacabada**: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005.

MARTINS, C. E. **Superexploração do trabalho e acumulação de capital**: reflexões teóricometodológicas para uma economia política da dependência. Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 5, 1999.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade**: reflexões para o século XXI. *Critica Marxista*, v. 32, 2011.

ONU BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SADER, E.; SANTOS, T. (Coords.) e VALENCIA, A. S.; MARTINS, C. E. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios em homenagem a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: PUC Rio; Ed. Boitempo, 2009.